

Leon. Brasil 21 AGO 1984

## Especulação e indexação

Era fácil prever que, ao se falar muito da desindexação, se verificaria uma mudança nas preferências dos aplicadores. Não foi por acaso que se divulgou, sem que houvesse fundamento para isso, que a missão do FMI estava exigindo o fim da indexação. No mercado negro o dólar voltou a bater recorde. O mercado de ações está reagindo de modo anormal. O Banco Central consegue colocar no mercado somente títulos de curtíssimo prazo. Se não houvesse o problema da liquidez e não se reforçasse a perspectiva de mudança nas normas do Sistema Financeiro da Habitação, surgiria novo interesse pelos investimentos imobiliários. Não se pode impedir a especulação no mercado financeiro, especialmente quando comporta riscos. Apenas se pode procurar racionalizar as reações de alguns pequenos investidores que certamente estão "indo na onda", sem dispor da informação necessária.

Os investidores acreditam, de modo geral, que a desindexação será obra do governo Tancredo Neves, se

vencer as indiretas. Ora, na realidade, defensores da desindexação encontram-se dos dois lados, nessas eleições; e, pode-se dizer, são certamente mais numerosos do lado dos que não acompanham o ex-governador de Minas Gerais. Além disso, cumpre reconhecer que os argumentos em favor da desindexação são muito variados. O defensor mais intransigente dela é justamente o próprio pai do esquema em que vigora, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões. Certamente, poderia lembrar que não reconhece seu filho nesse esquema, mas é por uma razão muito simples que ele defende a desindexação: considera que só com o congelamento do atual nível dos empréstimos será possível derrubar a inflação; mas para isso, naturalmente, não se pode permitir um reajuste automático de preços, que tornaria insuportável o congelamento do saldo dos empréstimos. A argumentação é outra para Mário Henrique Simonsen, que encontra na indexação um dramático poder realimentador da inflação. É outra ainda para o economista Adroaldo Moura da Sil-

va, que considera que não existe mais controle monetário no atual esquema e que o Estado compromete toda sua receita com o crescimento automático do valor da sua dívida interna.

Do lado da oposição, existem também diversas posições. Uns, mais intransigentes, condenam um esquema que transformou o sistema financeiro num fim e não num meio. Curiosamente, na outra ponta da linha estão aqueles que, tendo responsabilidade na administração, como o secretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad, se preocupam em manter a capacidade de captação de recursos no mercado financeiro, a fim de dispor de meios para suportar os ônus do orçamento estadual. O candidato do PMDB à chefia do Executivo referiu-se claramente ao problema da desindexação, sem porém indicar qual a sua solução.

Seria interessante, certamente, que o debate em torno desse problema fosse ampliado, para que melhor se analisassem as formas possíveis de desindexação, suas prováveis

consequências, vantagens e desvantagens. Não há dúvida, no entanto, de que não se poderá estabelecer preventivamente a data em que se pretenderia acabar com a indexação, admitindo que seja essa a vontade do atual ou do futuro governo. Importante é que se procure explicar como esse desengajamento poderia ser feito, mas sem criar especulação em torno de uma operação, que se pode voltar dramaticamente contra os que entrem no jogo de especuladores avisados. Não se deve, com efeito, confundir desindexação com congelamento do valor dos ativos ou das remunerações.

O que alguns pretendem extinguir é o automatismo de aumentos em função de um índice que se baseia em uma média de aumentos de preços no passado — média que é apenas uma construção intelectual. Enquanto subsistir a inflação, não se terá certamente estabilidade; mas talvez os reajustes possam, afinal, corresponder mais a um efetivo aumento dos custos, e não ao aumento de uma média que existe apenas no cálculo dos computadores.